



ESTADO DA PARAÍBA

Atas para os devidos fins, que ser-
ão CUMPRIMENTO foi publicado no D O E
Data Data 28/04/2021
Verônica Nogueira Sá
Secretaria Executiva de Registro de Atos
Legislativos do Poder Executivo do Estado da Paraíba

VETO TOTAL 169/2021

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 1.839/2020, de autoria da Deputada Estela Isabel, que “Institui o Programa Cultura Virtual, eventos culturais virtuais durante estados de calamidade e emergência.”.

RAZÕES DO VETO

Trata-se de Projeto de Lei que visa realocar as verbas destinadas a eventos culturais que seriam realizados de forma presencial e foram cancelados em virtude de emergências de saúde, estado de calamidade e congêneres para eventos digitais, nos mesmos termos. Vejamos o art. 1º do PL:

Art. 1º Fica instituído o Programa Cultura Virtual no âmbito da Paraíba. O Governo do Estado, através dos órgãos responsáveis, deverá realocar as verbas dos eventos presenciais cancelados em virtude de emergências de saúde, estado de calamidade e congêneres para eventos digitais, nos mesmos termos. (Grifo nosso).



ESTADO DA PARAÍBA

Embora louvável a iniciativa parlamentar a proposição padece do vício de inconstitucionalidade formal, posto que são de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre organização administrativa, serviços públicos e atribuições das Secretarias e órgãos da administração.

O termo “*organização administrativa*” utilizado no texto constitucional compreende o ato de atribuir responsabilidades e deveres aos órgãos, aos *servidores* e qualquer entidade em sua atividade de prestação de *serviços públicos*.

Segundo os ensinamentos da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, serviço público é “*toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público.*” (Direito Administrativo, Editora Atlas, 20ª edição, pág. 90)

Ao observamos o art. 3º do Projeto em tela, verificaremos que o art. atribui à Secretaria de Estado da Cultura, a incumbência de definir em parceria os mecanismos culturais, o formato dos eventos e o meio de exibição. Verificamos:

Art. 3º A Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba definirá, em parceria com os mecanismos culturais, o formato dos eventos e o meio de exibição.

Nesse juízo, constata-se que o Projeto em exame dispõe sobre organização administrativa, no âmbito do Governo Estadual e ainda propõe a criação de atribuição para a Secretaria de Estado da Cultura.

Por tais motivos, é vedada a iniciativa de projetos de lei que



ESTADO DA PARAÍBA

tenham matérias de iniciativa privativa do Governador do Estado da Paraíba, no que diz respeito às mencionadas atribuições e serviços públicos, inseridos na organização administrativa em âmbito Estadual, conforme se extrai do artigo 63, § 1º, inciso II, alíneas “b” e “e” da Constituição Estadual da Paraíba, *in verbis*:

“Art. 63.

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

b) **organização administrativa**, matéria orçamentária e **serviços públicos**;

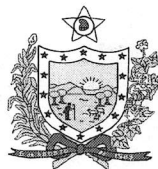
(...)

e) criação, estruturação e **atribuições das Secretarias e órgãos da administração.**”

(grifo nosso)

Assim, a aprovação do Projeto de Lei em comento, estará trazendo ao nosso ordenamento jurídico, norma eivada de inconstitucionalidade.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ALAGONA N. 6.153, DE 11 DE MAIO DE 2000, QUE CRIA O PROGRAMA DE LEITURA DE JORNAIS E PERIÓDICOS EM SALA DE AULA, A SER CUMPRIDO PELAS ESCOLAS DA REDE OFICIAL E PARTICULAR DO ESTADO DE ALAGOAS. 1. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual para legislar sobre organização administrativa no âmbito do Estado. 2. Lei de iniciativa parlamentar que afronta o art. 61, § 1º, inc. II, alínea e, da Constituição da República, ao alterar a atribuição da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Princípio da simetria federativa de competências. 3. Iniciativa louvável do legislador alagoano que não retira o vício formal de iniciativa legislativa. Precedentes. 4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.



ESTADO DA PARAÍBA

(ADI 2329, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 14/04/2010, DJe-116 DIVULG 24-06-2010 PUBLIC 25-06-2010 EMENT VOL-02407-01 PP-00154 LEXSTF v. 32, n. 380, 2010, p. 30-42 RT v. 99, n. 900, 2010, p. 143-150)

Ademais, instada a se manifestar, à Secretaria de Estado da Cultura, emitiu parecer técnico afirmando que a Lei Federal nº 14.017/2020, conhecida como Lei Aldir Blanc, tem como objetivo estabelecer ajuda emergencial para artistas, coletivos e empresas que atuam no setor cultural e que atravessam dificuldades financeiras durante a pandemia, assim, buscou-se apoiar profissionais da área que sofreram com impacto das medidas de distanciamento social por causa do Coronavírus.

O valor destinado ao Estado da Paraíba foi de R\$ 36.164.540,30 (trinta e seis milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta reais e trinta centavos), sendo R\$ 18 milhões para a renda básica emergencial e a outra metade para os editais de prêmios e financiamento de propostas.

O Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, empregou todo o esforço para executar a Lei, desta forma, lançou Editais de Chamamento Público, Premiação e de Fomento a cultura, em razão disto, foram destinados R\$ 15.892.000,00 (quinze milhões e oitocentos e noventa e dois mil reais) para a realização das mais diversas formas de cultura, sendo, mais de 95% deste valor para apresentações em formato digital.

Destacamos ainda que existe uma quantia remanescente desta Lei, no valor de R\$ 19.381.274,22, e que poderá ser executada, quando da aprovação do Projeto de Lei Federal nº 975/20221, em tramitação na Câmara dos Deputados que prorrogam os prazos de execução e de utilização dos recursos.



ESTADO DA PARAÍBA

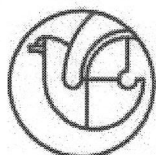
É de bom alvitre destacar que o veto não é imposto por mim, mas sim por determinação legal em face da situação da Legislação vigente.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei acima mencionado, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

João Pessoa, 27 de abril de 2021.



JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO
Governador



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DO ESTADO DA PARAÍBA

Certifico, para os devidos fins, que este
PROJETO DE LEI FOI VETADO
e publicado no D.O.E. nesta data
28.04.2021
Celia Augusta
Gerência Executiva de Registro de Atos e
Legislação da Casa Civil do Governador

**CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**AUTÓGRAFO Nº 722/2021
PROJETO DE LEI Nº 1.839/2020
AUTORIA: DEPUTADA ESTELA BEZERRA**

VETO
João Pessoa, _____

João Azevedo Lins Filho
Governador

Institui o Programa Cultura Virtual, eventos culturais virtuais durante estados de calamidade e emergência.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Cultura Virtual no âmbito da Paraíba. O Governo do Estado, através dos órgãos responsáveis, deverá realocar as verbas dos eventos presenciais cancelados em virtude de emergências de saúde, estado de calamidade e congêneres para eventos digitais, nos mesmos termos.

Art. 2º O art. 1º desta Lei aplica-se a situações nas quais haja a proibição de realização de eventos com aglomeração de pessoas ou impossibilidade de realização dos eventos por motivo de força maior, calamidade ou emergência, não sendo possível remarcá-los dentro de um prazo razoável.

Art. 3º A Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba definirá, em parceria com os mecanismos culturais, o formato dos eventos e o meio de exibição.

Art. 4º O mecanismo cultural que receber recursos públicos, nos termos desta lei, priorizará o pagamento de seus funcionários de apoio, corpo técnico e artístico, se houver.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei por ato próprio.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos quando ocorrerem, na Paraíba, o estado de calamidade pública, emergência e congêneres.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa",
João Pessoa, 05 de abril de 2021.

ADRIANO GALDINO
Presidente